



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006272-51.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Pagamento**
 Requerente: **Copasul Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense**
 Requerido: **Tiago Fernando de Alcantara**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

Copasul Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense, devidamente qualificada nos autos, ajuizou **AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES** em face de Tiago Fernando de Alcantara, também qualificado nos autos, aduzindo, em síntese, que equivocadamente realizou transferência bancária no valor de R\$ 11.742,54 para a conta do réu, que possui o mesmo número de conta e agência da empresa na qual o montante deveria ser destinado.

Requeru a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 12.241,87.

O réu foi citado por Oficial de Justiça (fl. 113), não tendo oferecido resposta (cf. certidão de fl. 114), tornando-se revel.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

A procedência do pedido é de rigor.

Citado, o réu deixou de contestar o pedido configurando-se a revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, no NCPC. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344, do mesmo Código.

A nota fiscal de prestação de serviço de fl. 49 e o comprovante de transação bancária de fl. 48 comprovam que o réu possui realmente o mesmo número de conta e agência da empresa destinatária da quantia transferida, porém, o valor foi depositado erroneamente, sendo que a operação deveria se realizar no Banco Bradesco S.A. (código 237) e foi enviada ao Banco do Brasil.

Dessa forma, procede o pedido.

Diante do exposto, julgo **procedente** o pedido de restituição de valores e condeno o réu ao pagamento da quantia de R\$ 11.742,54, com correção monetária a partir do depósito indevido e juros de mora desde a citação.

Condeno ainda a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 16 de julho de 2018.

Juiz(a) **Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**